

LUÍS, WASHINGTON

*pref. São Paulo 1914-1919; pres. SP 1920-1924; sen. SP 1925-1926; pres. Rep. 1926-1930.

Washington Luís Pereira de Sousa nasceu em Macaé (RJ) no dia 26 de outubro de 1869, filho do tenente-coronel Joaquim Luís Pereira de Sousa e de Florinda Sá Pinto Pereira de Sousa. Pertencia a uma família de grande prestígio político durante o Império, da qual faziam parte Pedro Luís Pereira de Sousa, deputado-geral, ministro dos Negócios Estrangeiros no primeiro gabinete Saraiva (1880-1881) e presidente da província da Bahia em 1882, e Francisco Belisário Soares de Sousa, deputado, senador, presidente do Banco do Brasil e ministro da Fazenda no gabinete Cotegeipe (1885).

Fez os estudos primários na Escola Municipal de Barra Mansa (RJ), ingressando em 1844 no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde cursou humanidades. Transferindo-se para a cidade de São Paulo em 1888, frequentou o preparatório do curso anexo da Faculdade de Direito antes de ser admitido nessa instituição, pela qual se bacharelou em 1891. Em 1892 retornou ao estado do Rio e foi nomeado promotor público em Barra Mansa. No ano seguinte transferiu-se para Batatais (SP), onde abriu um escritório de advocacia em sociedade com Joaquim Celidônio dos Reis Júnior, passando a atuar principalmente em questões relacionadas à demarcação e à divisão de terras na região da Alta Mojiana, na época em processo de ocupação pela lavoura do café. A partir de então, desenvolveu grande parte de sua atividade profissional e política no estado de São Paulo, razão pela qual receberia mais tarde o cognome de “paulista de Macaé”.

Tenaz defensor da autonomia municipal, em 1897 elegeu-se vereador à Câmara Municipal de Batatais, cuja presidência assumiu em seguida. Entre 1898 e 1899, exerceu a chefia da intendência (prefeitura) do município. Filiado ao Partido Republicano Federal, quando esta agremiação se cindiu em 1897, alinhou-se à corrente do general Francisco Glicério, oposta à liderada pelo presidente da República, Prudente de Moraes. Candidato a deputado federal por São Paulo no pleito de 1900, realizou uma campanha de forte cunho oposicionista, combatendo tanto o governo federal, chefiado na época por Campos Sales (1898-1902), quanto o governo paulista, de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1900-1902). Embora vitorioso nas urnas, não teve sua eleição reconhecida pela Comissão de Verificação de

Poderes da Câmara dos Deputados, que lhe recusou o mandato.

Ainda no ano de 1900, já bastante respeitado nos círculos políticos paulistas, transferiu-se para a capital do estado e casou-se com Sofia de Oliveira Barros, filha dos barões de Piracicaba, grandes cafeicultores. O casamento reforçou seus vínculos com a oligarquia paulista, e nos anos seguintes Washington Luís combinou a atividade política com o trabalho de historiador, produzindo duas monografias resultantes de pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado em 1902 e 1903: “Contribuição para a história da capitania de São Paulo. Governo Rodrigo César Meneses” (publicada em 1904 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*) e *Testamento de João Ramalho* (1905).

Em 1904, elegeu-se deputado estadual na legenda do Partido Republicano Paulista (PRP), agremiação que exercia na época amplo domínio sobre a política regional. No exercício do mandato, destacou-se como defensor da autonomia municipal, apoiou o projeto do deputado João Nogueira Jaguaribe autorizando despesas com a exploração de rios e a abertura de caminhos para ampliar a fronteira econômica do estado, participou da Assembleia Constituinte estadual que em 1905 reviu a Constituição paulista, defendeu o projeto de recenseamento da população do estado e manifestou-se a favor da concessão de aposentadoria e reforma para funcionários públicos civis e militares.

Em 1906, no final da legislatura, foi nomeado secretário de Justiça do governo de Jorge Tibiriçá (1904-1908), com a missão de realizar uma reforma nas polícias Civil e Militar a fim de reforçar o poderio do governo estadual. No exercício desse cargo, coordenou a unificação das secretarias de Justiça e de Segurança Pública, criou o Serviço de Assistência Policial, aperfeiçoou o Corpo de Bombeiros e instituiu novas normas para a carreira policial, estabelecendo, entre outras medidas, a obrigatoriedade do diploma de advogado para os delegados de polícia. Para o aprimoramento técnico dos contingentes militares do estado, solicitou ainda o concurso de uma missão francesa, a qual, chefiada pelo coronel Paul Balaguy, chegou a São Paulo ainda em 1906. Seu trabalho à frente da Secretaria de Justiça contrariou interesses dos chefes políticos locais, que até então ocupavam funções policiais e as utilizavam como elemento importante na reprodução de seu poder e de sua força eleitoral. Não obstante, foi mantido no cargo por Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, sucessor de Jorge Tibiriçá, e nele permaneceu até 1912.

NOS GOVERNOS DA CAPITAL E DO ESTADO

Washington Luís tornou a se eleger deputado estadual em setembro de 1912, na legenda do PRP. Líder do governo estadual de Rodrigues Alves (1912-1916), em outubro de 1913 foi escolhido pelos vereadores da capital paulista para o cargo de prefeito da cidade. Tomou posse no ano seguinte, interrompendo o mandato parlamentar, e enfrentou os problemas oriundos do intenso crescimento experimentado pela capital em virtude da expansão da economia cafeeira e do desenvolvimento industrial.

Embora fizesse questão de destacar sua prudência administrativa e sua preocupação com o equilíbrio orçamentário — não fazia obras “sem ter dinheiro pronto na gaveta” e não ordenava pagamentos sem autorização legal —, Washington Luís construiu mais de trezentos quilômetros de estradas e ruas dentro do município e, seguindo a tendência europeizante da elite paulista da época, contratou especialistas franceses para orientar o plano da cidade. Apoiado pelo presidente do estado Altino Arantes (1916-1920), empregou sistematicamente medidas repressivas contra o movimento operário emergente, que nesse período chegou ao auge na greve geral decretada em 1917. Foi ainda em sua gestão que se instituíram as feiras livres para enfrentar a crise de abastecimento provocada em parte pela Primeira Guerra Mundial, e se introduziu no brasão de São Paulo a divisa *Non ducor, duco* (não sou conduzido, conduzo). Reeleito para a prefeitura pelo voto direto em 1917, combateu a epidemia de gripe que assolou a cidade no ano seguinte.

Dono de grande prestígio político dentro do PRP, em 1919 passou a prefeitura ao vice-prefeito Álvaro da Rocha Azevedo e se candidatou à sucessão de Altino Arantes no governo de São Paulo, tendo como companheiro de chapa Fernando Prestes de Albuquerque. Durante a campanha, fixou como meta principal de seu governo a defesa da lavoura cafeeira, fortalecendo a mão de obra, o crédito, os transportes, e ampliando o mercado consumidor. Reconhecia também a necessidade de proteger a indústria, especialmente a que utilizava matéria-prima nacional. Quanto ao movimento operário, afirmava tratar-se de um problema “que interessa mais à ordem pública do que à ordem social”, conceito que repetiria mais tarde durante sua campanha para a presidência da República. Essa assertiva deu margem à acusação de que considerava a questão social um “caso de polícia”.

Eleito para o governo paulista no dia 1º de março de 1920, Washington Luís tomou posse

dois meses depois, enfrentando em seguida uma crise política relacionada a uma acentuada queda nas exportações e nos preços alcançados pelo café no mercado internacional. Apesar das pressões dos grandes produtores, não aceitou comprometer o governo estadual com a compra de estoques para sustentar os preços do produto, considerando que essa responsabilidade cabia ao governo federal, o qual por sua vez também se negava a adotar mais uma vez essa orientação. A divergência que se instalou quase determinou o rompimento de relações entre o presidente da República, Epitácio Pessoa (1919-1922), e os presidentes de São Paulo e Minas Gerais, e só foi superada com o recuo do governo federal, que emitiu papel-moeda, interveio no mercado e, pouco depois, contraiu na Inglaterra empréstimos no valor de nove milhões de libras para cobrir as medidas necessárias à revalorização do café. A recuperação dos preços ocorreu a partir de 1923 e no ano seguinte, com a criação do Instituto Paulista de Defesa do Café, o governo federal transferiu para o âmbito estadual a responsabilidade de gerir crises semelhantes.

Nas eleições de 1922 para a presidência da República, vencidas pelo mineiro Artur Bernardes, o PRP se dividiu. Washington Luís apoiou o candidato vitorioso, que garantia a continuidade da alternância entre mineiros e paulistas na chefia do governo, enquanto o senador Álvaro de Carvalho liderou uma corrente favorável a Nilo Peçanha, político fluminense candidato da Reação Republicana.

Em sua gestão à frente do governo paulista, Washington Luís concedeu atenção especial à rede de transportes, permanecendo fiel a seu lema: “Governar é abrir estradas.” Seu plano de expansão do sistema rodoviário estadual resultou na construção de 1.326km de novas estradas de rodagem. Deu também atenção à navegação fluvial, subvencionando o serviço de transporte pelo rio Paraná e melhorando as condições de navegabilidade do rio Paraíba entre Guararema e Queluz. Promoveu ainda a eletrificação da estrada de ferro de Campos do Jordão e conseguiu autorização para a construção de uma ponte em Porto Cemitério, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais.

Preocupado em aumentar a capacidade de pressão de São Paulo na Federação, aperfeiçoou e ampliou os efetivos militares do estado, que em 1925 passou a contar com uma força policial de 14 mil homens, a maior do país. Seu governo também tomou iniciativas no sentido de inculcar no povo a consciência de um glorioso passado paulista. Nesse sentido, fundou o Museu Histórico Republicano de Itu e subsidiou projetos históricos

comemorativos, numa época em que os “adornos do bandeirismo” atingiram o apogeu com o aparecimento dos primeiros volumes da *História geral das bandeiras*, de Afonso de Taunay, a reimpressão da *Nobiliarquia paulistana* e o surgimento dos primeiros números dos *Anais do Museu Paulista*. Coube também a seu governo inaugurar os primeiros organismos da justiça trabalhista em São Paulo, que receberam o nome de tribunais rurais e o encargo de julgar questões relativas à interpretação e execução dos contratos de locação de serviços agrícolas.

Em 1924, a polêmica em torno da sucessão estadual provocou a formação de uma dissidência do PRP — conhecida como “os coligados” — liderada por Altino Arantes e Olavo Egydio de Sousa Aranha. A ala dissidente lançou a candidatura do senador Álvaro de Carvalho, mas Washington Luís deu seu apoio a Carlos de Campos, que venceu as eleições, e a quem transmitiu a chefia do governo paulista no dia 1º de maio de 1924.

Dois meses depois, no dia 5 de julho, a capital do estado foi ocupada por contingentes revolucionários chefiados pelo general Isidoro Dias Lopes, num levante que objetivava depor os governos estadual e federal. Para a repressão ao movimento, foram mobilizadas tropas do Exército e formaram-se, no interior, os chamados “batalhões patrióticos”, forças paramilitares comandadas por grandes fazendeiros e chefes políticos locais, como Fernando Prestes e Ataliba Leonel. Washington Luís chefiou o 3º Batalhão, organizado em Batatais. Ao cabo de três semanas de luta, os revoltosos abandonaram a capital paulista e rumaram para o oeste do Paraná, onde se juntaram em abril de 1925 a tropas gaúchas insurretas para constituir a Coluna Miguel Costa-Prestes.

Washington Luís assumiu ainda em 1925 uma cadeira no Senado, ocupando a vaga criada pela morte de Alfredo Ellis. Entretanto, na convenção nacional do Partido Republicano, reunida no Rio de Janeiro em 12 de setembro de 1925, foi indicado candidato à presidência da República. Abandonou então o mandato parlamentar no início de 1926, sendo substituído por Arnolfo de Azevedo. Seu prestígio como ex-presidente de São Paulo, sua liderança no PRP e a prática da alternância na chefia do governo entre mineiros e paulistas — conhecida como a “política do café com leite” — garantiram sua condição de candidato único ao pleito presidencial de 1º de março de 1926. Sua escolha só foi contestada pelo presidente de Minas Gerais, Fernando de Melo Viana, problema rapidamente solucionado com a indicação deste para candidato à vice-presidência. Ambos foram eleitos.

NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Em 15 de novembro de 1926, data de sua posse, Washington Luís se dirigiu à sede da Câmara dos Deputados, no Distrito Federal, desfilando em carro aberto no meio da multidão. Esse gesto iniciou um período de distensão política que despertou expectativas positivas em todo o país, submetido ao estado de sítio durante todo o governo de Artur Bernardes. Por outro lado, a formação do novo gabinete obedeceu à determinação de assegurar a hegemonia paulista, ampliar a base de apoio do governo federal e enfraquecer as resistências mineiras à gestão que se iniciava. Para isso, o novo presidente procurou reforçar a aliança com o Rio Grande do Sul, nomeando Getúlio Vargas, deputado federal gaúcho, para o Ministério da Fazenda.

No início do governo, Washington Luís não teve dificuldades em conseguir a aprovação pelo Congresso do projeto de reforma monetária apresentado em dezembro de 1926 por Júlio Prestes de Albuquerque, líder da maioria na Câmara, instituindo o retorno ao padrão-ouro e criando um novo fundo de estabilização cambial — chamado de Caixa de Estabilização — que mais tarde foi incorporado ao Banco do Brasil. A taxa de câmbio foi então fixada acima dos índices do mercado, com o objetivo de favorecer as exportações e proteger a indústria nacional. A decisão, porém, provocou forte reação negativa do comércio, prejudicado com o encarecimento das importações.

No terreno político, as principais medidas imediatamente efetivadas foram a extinção do presídio da ilha da Trindade, no litoral do Espírito Santo; a libertação dos presos políticos — inclusive jornalistas incursos na Lei de Imprensa — e dos militares detidos sem processo; a não renovação do estado de sítio, cujo prazo de vigência se extinguiu em 31 de dezembro de 1926; e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então chamado Partido Comunista do Brasil, em janeiro de 1927. No mês seguinte, a Coluna Prestes penetrou em território boliviano, onde negociou o seu desarmamento, pondo fim ao último foco de revolta armada no país.

Entretanto, as medidas governamentais não atenderam a todas as reivindicações da oposição. A anistia, insistentemente pedida por entidades estudantis, jornais e parlamentares, foi recusada pela maioria governista no Congresso, ao mesmo tempo em que prosseguiram os processos e as condenações de numerosos opositores do regime. Em

meados de agosto de 1927, em meio ao crescimento da oposição, o governo começou a retroceder em seu liberalismo, invertendo as tendências e expectativas criadas. Conseguiu a aprovação do Projeto Aníbal Toledo, que deu origem à chamada “Lei Celerada”, responsável pelo reinício de rigorosa censura à imprensa e outras formas de cerceamento da liberdade de expressão, suscitando reações indignadas da oposição. Simultaneamente, recolocou o PCB na ilegalidade.

Em São Paulo, principal base de sustentação do governo federal, o surgimento do Partido Democrático (PD) fortaleceu a oposição. Pregando o voto secreto e a moralização do processo eleitoral, o PD se aproximou das correntes tenentistas que continuavam a se articular dentro do Exército em oposição ao regime vigente. Nas eleições parlamentares de 1927, o PD elegeu três deputados federais — José Adriano Marrey Júnior, Francisco Morato e Paulo de Moraes Barros — passando em seguida a tentar a articulação das forças oposicionistas de diversas regiões. Dessas iniciativas surgiu o efêmero Partido Democrático Nacional que, contando com a presença de políticos gaúchos liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, foi um embrião da frente de oposição aglutinada mais tarde em torno da Aliança Liberal.

A QUESTÃO SUCESSÓRIA

Washington Luís apoiava o nome de Júlio Prestes, filho de Fernando Prestes e presidente de São Paulo desde 1927, para sua sucessão. Diante disso, o presidente mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada procurou uma aproximação com o Rio Grande do Sul, governado por Getúlio Vargas desde janeiro de 1928, e propôs o lançamento de uma candidatura gaúcha à presidência da República. Os entendimentos entre esses dois estados começaram em janeiro de 1929, lançando as bases para a formação da Aliança Liberal, coligação oposicionista apoiada também pelo governo da Paraíba, pelas oposições dos outros estados e por integrantes do movimento tenentista.

Além da unidade política do Rio Grande do Sul, conseguida através da frente única de seus partidos patrocinada por Vargas, o fortalecimento experimentado pela economia gaúcha nesse período contribuiu para melhorar as condições de interferência do estado na vida política nacional, favorecendo a emergência de uma nova força até então marginalizada na disputa pelas sucessões presidenciais. Agindo com prudência e evitando romper os vínculos

com o presidente da República, Vargas tirou partido da situação privilegiada em que o Rio Grande do Sul se encontrava, negociando e fortalecendo sua própria candidatura, que recebeu o apoio formal da comissão executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) no dia 30 de julho.

Washington Luís tentou convencer os presidentes gaúcho e mineiro a desistirem dessa iniciativa, afirmando, em carta dirigida a este último, que 17 estados apoiavam a candidatura oficial. Entretanto, não houve acordo. A convenção situacionista, reunida no dia 12 de setembro de 1929, indicou a chapa Júlio Prestes-Vital Soares para o pleito de março do ano seguinte. Oito dias depois, a Aliança Liberal homologou as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, presidente da Paraíba, anunciando também um programa baseado na adoção do voto secreto, organização da Justiça Eleitoral, garantia de independência do Poder Judiciário, decretação da anistia e reforma nos sistemas administrativo e educacional da União.

Pouco depois, Vargas enviou o senador Firmino Paim Filho para dialogar em seu nome com Washington Luís e Júlio Prestes. Dessas consultas resultou um acordo, formalizado em dezembro, garantindo o respeito de Vargas aos resultados eleitorais e, em caso de derrota da Aliança Liberal, seu apoio ao governo de Júlio Prestes. Em troca, Washington Luís e seu candidato se comprometiam a não ajudar a oposição estadual gaúcha e a reconhecer os mandatos dos deputados que fossem eleitos por esse estado para a Câmara dos Deputados.

Embora cumprisse sua parte do acordo com os gaúchos, Washington Luís, por outro lado, criou dificuldades administrativas e políticas aos governos de Minas Gerais e da Paraíba, ordenando a execução das dívidas desses estados com o Banco do Brasil, embargando o pedido de empréstimo feito por Minas aos banqueiros Schroeder e iniciando um processo de transferência de funcionários federais de modo a favorecer as forças situacionistas. Empenhou-se também no apoio à Concentração Conservadora, dissidência do PRM chefiada por Melo Viana e favorável à candidatura de Júlio Prestes.

A violenta crise econômica internacional iniciada em 1929 contribuiu para tornar mais tensa a campanha eleitoral. Washington Luís decidiu manter uma taxa fixa de câmbio para a moeda brasileira, fazendo com que a receita do setor exportador acompanhasse a violenta queda dos preços do café. A formação de estoques invendáveis e o fato de o governo

federal ter-se negado a emprestar cem mil contos ao Instituto Paulista de Defesa do Café provocaram a insatisfação dos grandes produtores, que em dezembro de 1929 se reuniram em um congresso e divulgaram comunicado afirmando: “O lema é a lavoura, hoje com o governo. Se não formos atendidos, amanhã será a lavoura sem o governo. E, depois, a lavoura contra o governo.”

Em fevereiro de 1930, dois episódios contribuíram para aumentar as tensões da campanha eleitoral. O líder da Concentração Conservadora, Manuel Tomás de Carvalho Brito, solicitou a intervenção federal em Minas Gerais depois de sério conflito ocorrido em Montes Claros entre situacionistas e aliancistas, e obteve o aumento dos efetivos federais estacionados no estado. Na mesma época, eclodiu em Princesa, hoje Princesa Isabel (PB), uma revolta autonomista liderada por José Pereira, e Washington Luís foi acusado de auxiliar os revoltosos com o objetivo de enfraquecer o governo de João Pessoa, que passou a receber apoio material do Rio Grande do Sul.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E A REVOLUÇÃO DE 1930

Nas eleições de 1º de março de 1930, Júlio Prestes obteve cerca de um milhão de votos contra cerca de oitocentos mil dados a Getúlio Vargas. Esse resultado provocou diferentes reações no interior da Aliança Liberal. Enquanto Antônio Augusto Borges de Medeiros e outros consideravam legítima a vitória situacionista, alguns setores da oposição, apoiados por oficiais ligados ao movimento tenentista, denunciavam a fraude e a violência presentes em todo o processo eleitoral e propunham a preparação de um movimento revolucionário. Mesmo sem conseguir unanimidade no bloco oposicionista, o setor mais radical iniciou em fins de março os preparativos para o levante.

A acusação de que Washington Luís apoiava os rebeldes paraibanos e a suspeita de que preparava uma intervenção federal na Paraíba contribuíram para manter o clima de tensão, agravado em maio e junho, quando a Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional negou-se a diplomar os deputados aliancistas eleitos em Minas e na Paraíba e reconheceu em seu lugar os candidatos da Concentração Conservadora e os representantes do chamado Território de Princesa. Em 26 de julho, João Pessoa foi assassinado em Recife. Embora esse fato estivesse vinculado à luta política paraibana, a responsabilidade foi atribuída ao governo federal, e o enterro, realizado no Rio de Janeiro, mobilizou enorme

multidão e propiciou o fortalecimento da corrente revolucionária. Nos dois meses seguintes, a conspiração ganhou novos adeptos e a fase preparatória da revolução foi concluída.

O movimento foi deflagrado no Rio Grande do Sul às 17:30h do dia 3 de outubro, derrotando em menos de 24 horas as resistências legalistas no estado. No dia 4, quando o governo federal começava a reagir, o movimento foi iniciado em Minas Gerais e na Paraíba, onde também obteve importantes vitórias. Washington Luís expediu telegramas aos presidentes dos demais estados pedindo que se mantivessem do lado da legalidade e combatessem o boatos assegurando que as forças armadas eram absolutamente fiéis ao governo. Pouco depois, o Executivo obteve autorização do Congresso para decretar o estado de sítio no Distrito Federal, estado do Rio, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, podendo estendê-lo também a outros estados se a situação se agravasse. Depois de realizar uma operação de crédito junto ao Banco do Brasil no valor de cem mil contos, o governo procurou evitar a corrida da população aos bancos, decretando, em 6 de outubro, feriado nacional até o dia 21, prazo em seguida prorrogado até o fim do ano.

Apesar dessas medidas, a revolução prosseguiu conquistando vitórias. A convocação de reservistas, que provocou grande descontentamento popular, não surtiu o efeito desejado pelo governo, e nos primeiros 15 dias de luta os estados do Norte e Nordeste, com exceção do Pará e da Bahia, passaram para o controle das forças revolucionárias comandadas por Juarez Távora. De Minas Gerais partiram colunas que conquistaram o Espírito Santo, enquanto as tropas gaúchas derrubaram os governos de Santa Catarina e Paraná, praticamente sem encontrar resistência. Em quase todo o país, forças legalistas se rendiam ou aderiam ao movimento, cujo comando supremo passou a ser exercido por Getúlio Vargas a partir do dia 11.

Entretanto, Washington Luís permaneceu sempre inflexível na defesa da sua autoridade e não admitiu em nenhum momento a hipótese de vitória dos revolucionários, baseando-se para isso nas informações otimistas que recebia do seu ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos. Em torno do dia 20, o único bastião legalista significativo fora do Distrito Federal era o estado de São Paulo, que concentrou suas tropas em Itararé, junto à divisa com o Paraná, para deter o avanço dos revolucionários sulistas. O choque dessas forças, previsto para o dia 25, não chegou a ocorrer porque, na véspera, uma transmissão

radiofônica informou que estava em curso, no Distrito Federal, um golpe militar contra o governo.

Apesar de informado por diversas fontes, entre as quais o cardeal Sebastião Leme, Washington Luís foi surpreendido pela conspiração, que envolvia altos oficiais lotados no Distrito Federal, como os generais Augusto Tasso Fragoso (oficial mais graduado do Exército), João de Deus Mena Barreto (inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares), José Fernandes Leite de Castro (comandante da 1ª Divisão de Artilharia de Costa), Firmino Antônio Borba (segundo subchefe do Estado-Maior do Exército) e Pantaleão Teles Ferreira, além do coronel Bertoldo Klinger e outros.

A surpresa ocorreu porque Washington Luís não acreditara nas informações recebidas. Em seu livro *A verdade sobre a Revolução de Outubro*, Barbosa Lima Sobrinho atribui essa postura ao caráter do presidente, que assim descreve: “Homem leal, incapaz de subterfúgios e de malícia, tem um senso psicológico primário. Não percebe a complexidade das almas, os segredos e a sutileza da astúcia. Para ele, o mundo se divide em duas categorias simples, os homens maus, de que se afasta e que combate sem tréguas, e os homens bons, a que reserva todos os prêmios. Na divisão das classes, cede a conclusões apressadas e elementares, que não costuma rever senão diante de fatos consumados e, em regra, irremediáveis.”

Na manhã do dia 24 de outubro, mesmo depois que as fortificações do Distrito Federal começaram a dar salvas de tiros e uma esquadrilha sobrevoou a cidade lançando panfletos para anunciar sua queda à população, Washington Luís recusou-se a renunciar e a deixar o palácio Guanabara, residência oficial do chefe do governo. Manteve-se inflexível nessa posição, apesar das ameaças de que o palácio seria bombardeado às 11 horas da manhã. Àquela altura, a cidade já estava sobressaltada e grupos de populares começavam a depredar as redações dos jornais governistas. Mais tarde, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Alfredo Malan d’Angrogne entraram no palácio e se dirigiram para a sala onde a alta cúpula do governo e algumas outras personalidades estavam reunidas. Washington Luís dispensou as garantias oferecidas, reafirmando sua disposição de permanecer no local a qualquer custo.

Às 17 horas, com a mediação do cardeal Leme, consentiu afinal em se retirar, ressaltando porém sua condição de prisioneiro, pois não havia renunciado. Abraçou cada um dos que

estavam a seu lado e foi transportado para o forte de Copacabana. Seus ministros também foram presos. Quando a notícia foi divulgada, houve comemorações espontâneas nas ruas da maioria das cidades do país.

NO EXÍLIO

A junta governativa que assumiu o poder, composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo contra-almirante José Isaías de Noronha, determinou, sem êxito, que os revolucionários depusessem as armas. Entretanto, apesar de respeitarem a ordem de cessação dos combates, os destacamentos rebeldes continuaram avançando em direção ao Rio de Janeiro, forçando a junta a entregar o poder no dia 3 de novembro a Getúlio Vargas, chefe da revolução vitoriosa. Nesse intervalo, Washington Luís aceitou a proposta de embarcar para o exterior, apresentada por seu ex-ministro das Relações Exteriores Otávio Mangabeira em nome do general Tasso Fragoso.

Durante seu longo exílio, vivido na Europa e nos Estados Unidos, o ex-presidente não exerceu nenhuma atividade política. Em entrevista publicada no dia 6 de novembro de 1931 pelo jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, contestou o discurso pronunciado dias antes por Getúlio Vargas em comemoração ao primeiro aniversário da revolução. Na ocasião, defendeu a política financeira de seu governo e negou ter deixado qualquer déficit relativo aos exercícios orçamentários de 1927, 1928 e 1929. Ainda em 1931, vivendo na França, negou-se a acatar a convocação da Junta de Sanções, órgão da justiça revolucionária, cuja legitimidade recusou-se a reconhecer, encarregado de julgar “atos contrários à vida constitucional do país”.

Washington Luís permaneceu no exterior até 1947. No dia 18 de setembro desse ano, em uma conjuntura ainda marcada pela redemocratização que se seguiu ao fim do Estado Novo (29/10/1945), foi recebido na praça Mauá, na zona portuária do Rio de Janeiro, por comissões parlamentares e profissionais, e uma multidão que ocupou toda a avenida Rio Branco. Depois de ouvir um discurso de saudação pronunciado pelo deputado e general Euclides Figueiredo, rumou para o Palace Hotel, onde foi novamente homenageado por Otávio Mangabeira, entre outros. Ao agradecer, enalteceu o regime político, social e econômico dos Estados Unidos, onde vivera, e o esforço brasileiro pela redemocratização. Definitivamente retirado da vida pública, fixou residência em São Paulo e dedicou-se a

estudos históricos, coligindo notas genealógicas sobre sua família e preparando nova edição do seu livro *Na capitania de São Vicente*. Tornou-se membro benemérito da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, presidente honorário da Cruz Vermelha Brasileira, membro dos institutos Histórico e Geográfico de São Paulo, Bahia e Ceará, integrante da Academia Paulista de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Faleceu em São Paulo no dia 4 de agosto de 1957.

Escreveu *Contribuição para a história da capitania de São Paulo, governo Rodrigo César Meneses* (1905, 2ª ed. 1938), *Diogo Antônio Feijó* (1913), *Na capitania de São Vicente* (1918, 2ª ed. 1976) e *Arte e existência* (1949). Publicou também inúmeros artigos sobre história, especialmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: *Almanaque Abril*; ARQ. DEP. PESQ. GLOBO; ARQ. DEP. PESQ. JORNAL DO BRASIL; CALMON, P. *História*; CARONE, E. *Primeira*; CARONE, E. *República velha*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORREIA, A. *Rebelião*; *Efemérides paulistas*; EGAS, E. *Galeria* (2 e 3); *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; *Jornal do Brasil* (21/12/1972, 5, 19/10/1980); *Jornal do Comércio*, Rio (29/9, 6/10/1980); LEITE, A. *História*; MORAIS, A. *Minas*; *Novo dic. de história*; OLIVEIRA, C. *Biografia*; *Quem é quem no Brasil*; *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1935; TÁVORA, J. *Vida*.